

Contas públicas Especialistas alertam para cenário apresentado pelo governo no PLOA e também sobre carga com novos tributos

Previsões otimistas embasam superávit previsto para 2027

Jéssica Sant'Ana e Giordanna Neves De Brasília

A expectativa do governo federal de obter superávit primário efetivo de R\$ 18,6 bilhões em 2027, que consta no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA), foi influenciada por dois principais fatores: projeção de crescimento econômico mais otimista em relação ao esperado pelo mercado e a manutenção de 5,1% da carga tributária que incide sobre o consumo, conforme previsto pela reforma tributária na transição entre os regimes.

Os números ajudaram o governo a estimar que a receita líquida em proporção do Produto Interno Bruto (PIB) atingirá níveis recordes no próximo ano, só perdendo para 2010. Contudo, especialistas apontam que pode haver frustração de receitas em 2027, principalmente se houver uma desaceleração mais forte da economia, o que não está nas projeções do Ministério da Fazenda.

O PLOA de 2027 foi encaminhado na última segunda-feira (31) ao Congresso Nacional. A peça prevê um superávit efetivo de 0,13% do PIB, ou R\$ 18,6 bilhões. O valor sobe para um superávit de R\$ 83,4 bilhões, ou 0,56% do PIB, quando consideradas as despesas que podem ser pagas fora da meta fiscal. A meta é de um resultado positivo de R\$ 73,2 bilhões (0,5% do PIB).

Para chegar nesse valor, a peça considera uma receita líquida (a que fica com a União, após transferências para Estados e municípios) de R\$ 2,849 trilhões (19,27% do PIB), contra despesas primárias totais de R\$ 2,83 trilhões (19,14% do PIB).

O valor percentual estimado para a receita líquida é o segundo maior da série histórica do Tesouro Nacional, iniciada em 1997. Perde apenas para 2010, quando a arrecadação do governo federal após transferências somou 20,2% do PIB. A receita da aquela época, contudo, foi influenciada pelos recursos do pré-sal. Desde então, a receita líquida oscila na casa de 17% e 18%.

Para 2026, a projeção do governo no PLOA era de uma receita líquida de 18,64% do PIB, mas no último relatório bimestral de avaliação do Orçamento a estimativa subiu para 18,95%, devido ao ganho com as receitas de petróleo, em virtude do conflito no Oriente Médio. Esse ganho devido à guerra é restrito a 2026 e não foi considerado para as projeções de 2027, que partem de um cenário de normalização do conflito, conforme explicou o ministro do Planejamento e Orçamento, Bruno Moretti.

Um fator que ajuda a explicar a expectativa de receita mais alta para o próximo ano é a projeção do PIB usada na peça orçamentária. Enquanto o mercado espera um avanço de 1,5% da atividade econômica, segundo a mediana do último boletim Focus, o governo estima que a economia vai crescer 2,46% em 2027. Quanto maior a previsão de PIB, mais alta é a projeção para as receitas administradas.

O economista Alexandre Ma-



Comportamento das receitas será o principal termômetro das contas públicas em 2027

Ítalo Franca

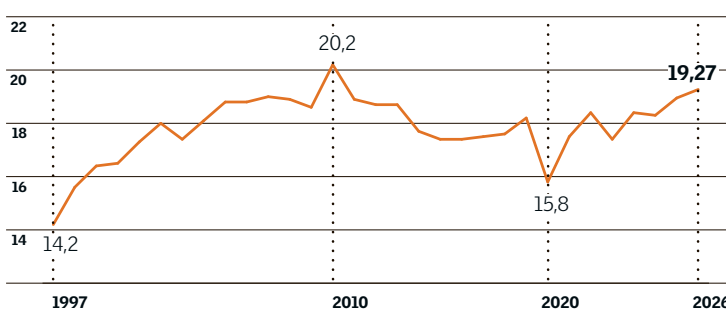
noel, sócio da Global Intelligence and Analytics (GIA), alerta que há risco relevante de o crescimento econômico ficar abaixo do projetado no PLOA. "As receitas federais apresentam comportamento bastante conhecido, porque tendem a crescer mais fortemente nas acelerações da economia e a perder dinamismo de maneira mais intensa quando há desaceleração", diz. "O resultado primário apresentado no PLOA depende de uma receita líquida sem precedente histórico e projetada justamente para um ano em que se espera menor crescimento econômico", completa.

Já técnicos da equipe econômica explicam que a projeção de PIB incluída no PLOA foi fechada em julho, por isso pode ter um viés baixista nas próximas revisões feitas pela Fazenda. Ainda assim, eles não acreditam que a economia em 2027 crescerá muito abaixo de 2%, considerando os dados de hoje, porque o ciclo de corte da política monetária ainda vai trazer efeitos para a economia, principalmente nos setores de comércio e serviços. A indústria extrativa também pode ajudar positivamente. Desde março, a Selic caiu de 15% para 14%, sempre em termos anuais.

O economista Tiago Sbardelotto, da XP Investimentos, afirma que, se o governo tivesse utilizado o PLOA uma projeção de crescimento de 1,5% do PIB, a receita bruta ficaria ao menos R\$ 16,3 bilhões menor do que o projetado, segundo as próprias projeções do governo. Já a XP calcula que o PIB vai avançar somente 1% em 2027. "Nosso cenário hoje é de crescimento de apenas 1% no ano que vem, o que significa uma diferença [em relação ao PLOA] de aproximadamente R\$ 43,6 bilhões na receita e de R\$ 32 bilhões no resultado primário apenas pela variação do PIB, sem

Receita líquida do governo central

Patamar vai chegar a 19,27% do PIB em 2027 - em %



Fonte: Tesouro Nacional; PLOA de 2027; 3º Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas do Orçamento de 2026. *Dados de 2026 e 2027 são projeções

contar os efeitos indiretos sobre as outras variáveis."

O Santander estima alta de 1,3% para o PIB de 2027, com viés de baixa mais próximo de 1%. Segundo o economista Ítalo Franca, essa diferença, combinada a uma projeção ligeiramente menor para o deflator do PIB, faz com que a estimativa de receita do banco fique cerca de R\$ 30 bilhões abaixo da projetada pelo governo. O deflator é uma espécie de índice de inflação que reajusta os valores do PIB.

Em caso de frustração de receita, o governo será obrigado a fazer contingenciamentos para cumprir o piso da meta fiscal, que é de superávit de R\$ 36,6 bilhões, ou buscar fontes extraordinárias de arrecadação. Moretti tem destacado que o Orçamento de 2027 foi fechado com uma base maior de despesas discricionárias (investimento e custeio, que podem ser cortadas), o que permite à equipe econômica recorrer, se necessário, ao contingenciamento sem causar paralisação da máquina pública.

Para Franca, o comportamento das receitas será o principal termômetro das contas públicas em 2027, com o cenário dependente sobretudo do crescimento econômico e do preço do petróleo. Nesse contexto, ele avalia que a execução orçamentária pode exigir mais contingenciamento do que bloqueio, embora não descartar algum bloqueio, inclusive por pressão das despesas previdenciárias. O bloqueio é necessário quando as despesas pressionam o limite do arcabouço.

Franca acrescenta que 2027, quando as receitas podem enfrentar pressão adicional diante de desaceleração cíclica da economia ou da normalização dos preços do petróleo, será um ano importante para construir um caminho fiscal para os próximos exercícios. "Acho que 2027 é um ano meio que de construção dessa ponte para 2028, para essa travessia para os próximos anos", diz o economista.

A receita líquida do PLOA de 2027 também teve ganho de receita em relação a 2026 devido à transição para o novo sistema tributário. Ao todo, o governo prevê que os tributos sobre o consumo vão arrecadar, no total, R\$ 750,4 bilhões, ou 5,1% do PIB, em 2027. A reforma tributária que estabelece que a carga do novo sistema em 2027 tem que ser igual à arrecadação média observada sobre o consumo entre 2012 e 2021. Essa média foi de 5,1%.

Esse valor total inclui os R\$ 636,8 bilhões da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e os

R\$ 42 bilhões com o Imposto Seletivo, mais os valores residuais de R\$ 5,5 bilhões com o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI); R\$ 31,7 bilhões com a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins); R\$ 6,2 bilhões com Programa de Integração Social (PIS). No caso da Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep), ele não foi extinto pela reforma, e tem arrecadação prevista de R\$ 28,2 bilhões para 2027.

Em nota, o Ministério da Fazenda explicou que, apesar de PIS e Cofins serem extintos em 31 de dezembro, os tributos em relação a dezembro serão recolhidos apenas em janeiro de 2027, por isso entraram no PLOA. No caso do IPI, a arrecadação residual é de apenas R\$ 5,5 bilhões, conforme já era esperado para manter o diferencial dos produtos industrializados na Zona Franca de Manaus (ZFM).

Os valores totais, contudo, ficam acima dos R\$ 630,2 bilhões que os tributos sobre o consumo devem arrecadar neste ano, o equivalente a 4,6% do PIB. Especialistas afirmam que a diferença surge porque a lei complementar que regulamenta a reforma tributária previu como base de referência o período de 2012 a 2021, que teve como média os 5,1% de arrecadação.

"O valor é mais alto porque em boa parte desse período não incidiram os efeitos da tese do século, que aumentou o volume de créditos tributários das empresas que puderam ser usados para compensação [de tributos]. Assim, independentemente de haver resíduos, a alíquota da CBS vai ser definida de forma a igualar a arrecadação como proporção do PIB daquele período", explica Sbardelotto. A tese do século foi aplicada em 2017, quando o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) não poderia fazer parte da base de cálculo do PIS e da Cofins.

Já técnicos da equipe econômica argumentam que a opção na reforma foi usar a média de uma base mais longa, de dez anos, o que ajuda a expurgar do cálculo fatores extraordinários e efeitos de sazonalidade. Eles também dizem que a base considerou efeitos da pandemia, quando houve uma queda das receitas administradas. Além disso, defendem que a comparação com 2026 não é adequada, justamente por fatores atípicos e sazonais que influenciaram a arrecadação anual. Procurado, o Ministério do Planejamento e Orçamento não retornou.

Comércio em PAUTA



Informativo da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), do Sesc e do Senac

SISTEMA COMÉRCIO SEGUIRÁ FIRME NA DEFESA DO AMBIENTE DE NEGÓCIOS

A Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) foi uma das protagonistas nos debates sobre a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que altera a jornada de trabalho e extingue a escala 6 x 1. Juntamente com suas 34 federações e mais de mil sindicatos filiados, lançou no último fim de semana (29 e 30 de agosto) uma campanha nacional conjunta com o lema: "A conta já está alta demais. Mudança das regras do trabalho às vésperas da eleição? Agora, não!"

A campanha destacou que a economia brasileira já enfrenta condicionantes severos: juros altos, crédito caro e restritivo, endividamento recorde das famílias e empresas em dificuldade financeira. Na avaliação da CNC, precipitar uma decisão tão complexa no atual cenário vai trazer grandes prejuízos ao País.

A PEC nº 221 acabou sendo aprovada na Comissão de Cons-

tituição e Justiça (CCJ) do Senado Federal, nesta quarta-feira, em uma decisão que poderá ter impactos expressivos para as empresas e a economia do país. "Mudanças constitucionais nas relações de trabalho exigem análise técnica, diálogo e previsibilidade", afirma o presidente do Sistema CNC-Sesc-Senac, José Roberto Tadros. "Não é uma discussão para ser conduzida de forma açodada, mas sim em um ambiente que permita avaliar, com responsabilidade, seus impactos sobre empresas, empregos e trabalhadores."

Em nota, a CNC agradeceu aos empresários, sindicatos e federações de todo o País que se engajaram no debate para evitar a votação, no atual cenário, de um tema tão caro a toda a sociedade brasileira e reafirmou que continuará empenhada na defesa das empresas representadas para garantir um ambiente de negócios seguro e sustentável.

CONCERTOS DA ORQUESTRA JOVEM CELEBRAM OS 80 ANOS DE ATUAÇÃO DO SESC

A Orquestra Jovem Sesc Brasil fará dois concertos especiais em comemoração aos 80 anos do Sesc.

No dia 11 de setembro, o grupo se apresenta no Polo Educacional Sesc, no Rio de Janeiro, com transmissão ao vivo pelo canal do YouTube.com/SescBrasil. No dia 13, data do aniversário da instituição, a orquestra fará uma apresentação aberta ao público no Centro Cultural Sesc Quitandinha, em Petrópolis, região serrana do Rio de Janeiro.

Sob direção artística e regência do maestro Geovane Marquetti, o repertório inclui a composição

orquestral Trama das Águas Dançantes, composta especialmente para a celebração de aniversário da instituição; o clássico latino-americano Mambo nº 5, de Pérez Prado; um medley com canções de Alceu Valença; e canções da trilha sonora do filme O Auto da Compadecida, entre outras obras.

Formada por 59 jovens músicos, a Orquestra Jovem Sesc Brasil reúne alunos de projetos musicais do Sesc desenvolvidos em 11 estados. A iniciativa promove inclusão, formação artística e acesso à cultura, criando oportunidades para jovens de diferentes realidades e regiões brasileiras.



Iniciativa promove inclusão, formação artística e acesso à cultura

PESQUISA PROCURA ENTENDER PERFIL DE ALUNOS E ALUNAS DO SENAC EM TODO O BRASIL

O Senac está tabulando os resultados da Pesquisa Nacional de Diversidade, Equidade e Inclusão – Estudantes 2026, realizada no mês de agosto. O objetivo é entender qual o perfil dos alunos e alunas do Senac em todo o Brasil. Puderam participar todos que tinham matrícula ativa até junho.

Foi disponibilizado um questionário on-line sobre a experiência durante o curso que estão fazendo. Todas as respostas foram anônimas e sigilosas, para garantir a privacidade. A pesquisa é uma iniciativa do programa Multitude Edu, o programa de diversidade, equidade e inclusão do Senac.

A iniciativa é essencial para que o Senac consiga criar políticas de

diversidade com maior precisão, legitimidade e possibilidade de mensuração dos efeitos ao longo do tempo. Ela também garante que os departamentos regionais desenvolvam práticas de acolhimento mais adequadas ao contexto de cada um.

O programa Multitude Edu tem o objetivo de sensibilizar os departamentos regionais e fortalecer nacionalmente uma cultura organizacional de diversidade. A ideia é fomentar ações pedagógicas e de comunicação, replicar boas práticas, investir em infraestrutura e tecnologias para criar espaços pedagógicos inclusivos, além de mapear a elaboração de normativos e diretrizes.



portaldocomercio.org.br

Seu negócio é o nosso negócio



Plataforma dá transparência a contratos no RJ

Jan Niklas Do Rio

O governador interino do Rio de Janeiro, desembargador Ricardo Couto, anunciou nesta quarta-feira (2) a criação de uma plataforma que dará transparência e facilitará o acesso a informações sobre compras e contratos do governo do Estado. O programa "Gestão em números", elaborado pela Secretaria de Planejamento e Gestão, permitirá a consulta pela população, em formato aberto e por meio de painéis

analíticos interativos, de informações que até então eram de acesso limitado.

"O Estado não pode ter nada a esconder da população", afirmou Couto no anúncio feito no Palácio Guanabara, na manhã desta quarta-feira.

A plataforma, que já está no ar, reúne informações sobre compras e contratações, consumo de combustível da frota oficial do Estado, veículos públicos, passagens aéreas e fornecedores do governo. De acordo com o governador, além do agrupa-

mento de informações que estavam espalhadas ou necessitavam de pedidos de acesso aos órgãos, haverá um detalhamento inédito desses dados.

"O Estado também inova quando coloca não apenas as pessoas que contratam, mas quando permite o conhecimento das pessoas que integram o grupo social daquela empresa. Nós vamos poder checar quais são as empresas que mais contratam, se há qualquer tipo de coincidência, quais são os sócios daquela empresa, se esses sócios guar-

dam relação ou não com pessoas que estão na secretaria realizando a contratação", explicou o governador durante o evento de lançamento da plataforma.

Ricardo Couto vem promovendo mudanças na gestão do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro, desde que assumiu o cargo, em março. Em um pente-fino feito em cargos comissionados pela sua administração, por exemplo, foram identificados e exonerados até o momento mais de 6 mil funcionários considerados fantasmas.